

Imprensa e Poder às Vésperas do Golpe de 1964¹

Aline Andrade PEREIRA²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

O trabalho traz um panorama da atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais ao produzir e disseminar material anti-comunista e pró-ipesiano na mídia entre 1962 a 1964. O Ipês atuou fomentando discussões na sociedade que iam ao encontro de seus interesses e é considerado a célula ideológica do golpe de 1964. Para tanto, valeu-se de uma maciça propaganda ideológica que foi veiculada na mídia e da atuação de dois de seus grupos: Grupo de Opinião Pública e Grupo de Publicações e Editorial.

Palavras-chave: ditadura; Ipês; imprensa; jornalismo.

Introdução:

O artigo, de caráter exploratório, faz alguns apontamentos iniciais sobre a atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) no período entre 1962-1964 e em particular as relações com a imprensa³. O objetivo é desenharmos o panorama destas complexas relações.

O Ipês tem sido visto por algumas interpretações (DREIFUSS, 1981 e ASSIS, 2001) como a célula ideológica do golpe civil-militar de 1964. Congregou militares da Escola Superior de Guerra, empresários, jornalistas, intelectuais, publicitários, dentre outros setores das classes dirigentes que se esforçaram não só em estudos sobre a realidade brasileira, mas principalmente em formas de divulgá-los, mantendo sempre o seu nome fora de evidência. Dentre essas formas, a mídia foi o seu braço mais eficaz.

As relações entre o Ipês e a mídia podem ser vistas na atuação dos Grupos de Opinião Pública (Gop) e Grupos de Publicações e Editorial (GPE). Tais grupos abarcavam complexas ações de propaganda visando propagar os valores do Ipês através de programas de rádio e TV, documentários, teatro, fundação de bibliotecas, edição de panfletos, publicação de artigos de jornal, edição de documentos síntese, dentre outras estratégias.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista de Pós Doutorado (PNPD-Capes) do PPGCOM-UFJF, e-mail: alinexpe@yahoo.com.br

³ O artigo é parte do projeto de pós-doutorado **A veiculação do projeto ideológico do Ipês na mídia entre 1962-1964** desenvolvido atualmente no PPGCOM-UFJF, na linha de Comunicação e Poder, e tem por objetivos mapear a rede de intelectuais que contribuíram para os referidos grupos; quantificar os programas de rádio e TV pautados pelo Ipês realizando um estudo qualitativo destes; precisar os Centros de Bibliotecnia e os livros editados por este, bem como a doação de livros e constituições de bibliotecas autônomas que atuavam em sindicatos, escolas, igrejas, etc; analisar os *position papers*, editoriais e artigos de jornal; precisar quais os veículos utilizados, tanto em TV quanto rádio e imprensa.

Pode-se denominar um complexo projeto ideológico que contou com o respaldo da mídia para se disseminar.

O instituto adentra a vida pública em 1962 para fechar as portas em 1971. Na sua ata de fundação afirmam inspirar-se na Aliança para o Progresso⁴ e nos princípios da Encíclica Mater et Magistra⁵ para pensar soluções para o que julgavam os problemas brasileiros – dentre eles o clima de *caos e baderna* cujo crédito devia-se ao governo de João Goulart. Sustentou-se com a contribuição financeira das maiores empresas brasileiras e estrangeiras e também de seus associados. Contou ainda com o claro apoio dos EUA, possuindo ramificações na América Latina⁶. Constituiu ao seu redor uma verdadeira máquina de propaganda, conseguindo o apoio de diversas editoras, jornais e TVs, mantendo sempre o cuidado de que o nome do instituto não aparecesse diretamente.

A ideia que pretendemos apontar é a de que o projeto ipesiano representou a síntese de uma série de anseios da sociedade e, talvez por causa disso (mas não somente), conseguiu um amplo apoio por parte da mídia. Ainda que as intenções de *manipulação e doutrinação* por parte das lideranças do Ipês estivessem claras (como os próprios admitem em diversos documentos), houve um ambiente propício na sociedade à reverberação das ideias do instituto.

Para diversos setores da sociedade a ditadura foi “um raio que desceu de um céu azul” (AARÃO REIS, 2005, p. 12), onde a responsabilidade pela mesma cabe exclusivamente aos militares, cabendo à sociedade exorcizar este demônio. Interpretações historiográficas que vieram à tona a partir dos 40 anos do golpe (AARÃO REIS, Op Cit.; AARÃO REIS, RIDENTI e MOTTA, 2004; FERREIRA; 2003; TOLEDO, 2004) reforçam a necessidade de se pensar sobre o papel da sociedade no golpe. Sobre este, Aarão Reis nos diz:

⁴ A *aliança para o progresso e os voluntários da paz* foi uma iniciativa do presidente Kennedy, alarmado com os efeitos da Revolução Cubana, para deter o comunismo na América Latina.

⁵ Encíclica escrita pelo papa João XXIII que, dentre outras coisas, condenava o comunismo como “ateu e intrinsecamente mau”.

⁶ A atuação do Ipês não teria se limitado ao Brasil. Em artigo no *The Washington Post* é noticiado que grupos particulares brasileiros teriam ajudado financeiramente o movimento de resistência civil que precipitou o golpe militar contra Salvador Allende, no Chile. A jornalista Marlise Simmons identifica o grupo como sendo o Ipês, fundado por Gilbert Huber, “um abastado impressor brasileiro” e outros elementos importantes. O artigo ainda diz que “de 1961 a 1964 o Ipês organizou, financiou e serviu de ponte entre empresários e as forças armadas brasileiras, antes do golpe”. Outro nome citado é o do engenheiro Glycon de Paiva, que teria admitido, na matéria, ter ajudado os inimigos de Allende: “expliquei-lhes como os civis deveriam agir no preparo das condições para o golpe militar. A receita existe e o bolo vai para o forno quando se desejar”. A receita de Glycon é a seguinte: induzir a criação do caos político e econômico, fomentar o descontentamento, provocar um medo intenso do comunismo entre patrões e operários, além de bloquear os esforços administrativos da esquerda e até mesmo promover atos e demonstrações de terrorismo, se necessário (Arquivo DOPS. INFORME n° 0299, 11/02/1974).

como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada? Ou que tenha sido aprovada uma anistia recíproca? Como compreender que permaneçam com tanta força lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela e para a ditadura? (Op. Cit., p. 10)

Destrinchar o braço civil do regime passa pela investigação do Ipês e suas articulações com os meios de comunicação. Iniciaremos nos debruçando sobre a estrutura básica do Ipês e dos dois grupos que lidavam diretamente com propaganda ideológica através da mídia: o Grupo de Opinião Pública e o Grupo de Publicações/Editorial.

I – O que era o IPÊS

Para atingir seus objetivos o Ipês se valeu de pesquisas e cursos e posterior divulgação dos resultados - tão importantes quanto os estudos em si. A importância dada à divulgação pode ser atestada pela própria estrutura do Ipês dividido de forma geral em três setores: “Divulgação”, “Educativa” e “Pesquisas e Estudos” que se retroalimentavam.

O setor “Educativa” não teria “nenhuma vinculação outra a não ser o ideal comum” e seria responsável por: “auxiliar organizações apolíticas, entidades educacionais e assistenciais, cuja orientação obedeça a postulados democráticos e cristãos”. O setor de “Pesquisas e Estudos” realizaria pesquisas econômicas e sociais de âmbito nacional de forma a “orientar seus pronunciamentos e fundamentá-los dentro da maior objetividade”. Tais estudos seriam feitos a partir de colaboração de entidades especializadas ou mediante a contratação de técnicos. Dentre esses estudos é destacado um, em particular, sobre as 23 Reformas de Base cuja conclusão foi expressa em uma declaração-síntese intitulada “Reformas de Base – Posição do Ipês”. Caberia, posteriormente, ao setor de “Divulgação” disseminar as conclusões dos estudos dentre os diversos setores da sociedade. O setor seria responsável por publicar Boletins Mensais com os temas relevantes para o Ipês; produzir programas semanais na TV de São Paulo; divulgar seus resultados na imprensa, além de realizar filmes documentários sobre problemas brasileiros e editar livros e publicações.

Os anos entre a fundação do Ipês (1962) até o golpe civil-militar de 1964 são de intensa atividade para o instituto, com o maior número de reuniões e ações efetivas. Os esforços são concentrados na definição dos projetos e nas diretrizes que o instituto seguiria e em soluções imediatas para o que denominavam *crise*.

Em relatório apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito a qual foi submetido em 1963, o Ipês destaca como postulados para atingir a sua finalidade: o desenvolvimento econômico e social para elevar o padrão de vida do povo brasileiro como um todo (desde melhores remunerações, até erradicação do analfabetismo); proposta de reforma agrária, substituindo o sistema de latifúndio por outra forma mais justa de propriedade; o estímulo da atividade privada e por último o aperfeiçoamento das instituições democráticas, dando oportunidade à coletividade nacional de ter acesso à propriedade, de forma a garantir a liberdade da pessoa humana. Surge com uma sede em São Paulo e uma seção no Rio de Janeiro, mas logo passa a ter uma administração independente, ainda que ligados pelos mesmos ideais. É declarado de utilidade pública pelo decreto 40.131 de 23-5-62 (Diário Oficial do Estado de São Paulo) (RELATÓRIO, 1961).

É interessante notar que os integrantes do Ipês, em diversas reuniões, referem-se invariavelmente à necessidade de tomarem o centro das discussões, contudo mantendo-se à sombra. Por exemplo, Israel Klabin, líder ipesiano, em documento da época, insiste em “áreas de choque”: grupos paralelos ao Ipês que trabalhassem segundo suas premissas, desde órgãos representativos da indústria e comércio, elementos na Câmara, até a imprensa. O Ipês deveria se manter sempre por trás, nunca aparecendo claramente, evitando agir como um partido político e optando pelo uso do poder econômico. Deveriam editar a Aliança para o Progresso⁷ para torná-la acessível a toda a população brasileira através de encarte de jornal (REUNIÃO, 12/2/1962); preparar a visita de Kennedy ao Brasil; “penetrar nos estudantes” e elaborar uma espécie de “Plano de Salvação do Brasil e da América Latina” (SÚMULA, 05/2/62).

Em relação ao Congresso, a preocupação é sempre a mesma: deveriam agir usando a “técnica do partido comunista”, ou seja: assessorar o congresso, tendo um homem do Ipês lá”. Criam, inclusive, um “Grupo de Brasília” que deveria divulgar o que lhes convém, pois acreditavam que os jornalistas de Brasília “são todos esquerdistas e fariam uma verdadeira cortina de fumaça”. Contudo, deveriam desaparecer as referências ao Grupo de Assessoria Parlamentar (talvez trocar por Escritório de Brasília), da mesma forma que pensam em trocar os nomes de Opinião Pública para Divulgação (SÚMULA, 08/04/1963). Nota-se, portanto, que é constante uma preocupação em *disfarçar* as atividades do grupo, deixando-as sempre com a leve roupagem de um centro de estudos e pesquisas e menos com a cara de um grupo de ação – que era como eles de fato se viam. Um documento sem data – mas

⁷ Israel Klabin, em entrevista à autora, afirmou ter trabalhado diretamente com Kennedy na Aliança para o Progresso.

provavelmente de antes do golpe – registra que “o povo começa a dar sinais de desesperança”, mas que era preciso utilizar “apelo revolucionário como último recurso”. No mesmo documento, realçam que no plano econômico o objetivo é “promover o neo-capitalismo liberal, dentro de cada empresa e no conjunto do sistema”, enquanto no Editorial era necessário: “promover a edição de livros e a realização de peças teatrais e filmes” (DIVERSOS).

O tom conspiratório das reuniões do Ipês denotam o projeto compartilhado por muitos ali. A ameaça comunista espreitava em cada esquina, servindo, inclusive, de exemplo para a ação: “Precisamos criar um grupo que cuide dos problemas a longo prazo. Pode ser um grupo ou mais de um; exemplo: para Cuba, para o problema sindical, etc” (SÚMULA, 8/04/1963). Segundo documento intitulado “Roteiro básico para um programa de ação a longo prazo”, seria preciso, no campo internacional, a “Criação na Europa de uma universidade para a formação de líderes políticos democráticos em todos os escalões da sociedade, à semelhança da Karl Marx de Moscou”. Aliado ao medo do comunista, um *medo do povo* surgia entre as classes média e alta.

Dentre as preocupações iniciais do Ipês está definir o que caracterizavam como democracia, já que essa era a principal bandeira alardeada pelos integrantes do instituto às vésperas do golpe. “Qual a democracia que queremos? Não é democrata quem: não admite a propriedade privada, a liberdade” (REUNIÃO, 9/6/1964). Ou seja: propriedade privada e liberdade aparecem aqui como sinônimos. Segundo Hélio Gomide, é preciso um “denominador comum” para a democracia, pois se trata de um “conceito que varia até de pessoa pra pessoa” (REUNIÃO, 12/5/64) Já em 1962, o General Moziul Moreira Lima⁸ indagava aos companheiros:

qual a democracia que queremos? Não pode ser a que está aí. O perigo no Brasil não é o comunismo, no momento, mas o movimento popular de subversão da ordem que será dirigido e encampado pelos extremistas. Os culpados do processo espoliativo aos olhos do povo são as classes produtoras, muito mais do que o governo (REUNIÃO, 27/11/62).

Em outro momento Harold C. Polland estabelece a definição que talvez esteja mais próxima do ideário ipesiano: “Qual o tipo de democracia que queremos? Uma democracia em que todos nós sejamos proprietários. Então devemos nos antecipar nas concessões, isto é, *dar antes*”. (ATA, 22/01/1963) Esse era o projeto básico da elite ipesiana: *dar* um pouco, *antes*, para assegurar os interesses próprios. Soluções paliativas, reformistas, que ficassem

⁸ General, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), jornalista e diretor do Diário Popular de São Paulo.

entre o reacionário e o revolucionário. A preocupação não com o comunismo, mas com a “subversão da ordem” através de “movimentos populares” indica o medo vago e difuso de qualquer coisa que se relacionasse a uma maior tomada de poder das classes populares – e sendo o “nós” apenas os integrantes do Ipês ou pares. Se fosse preciso, inclusive, oferecer *antes* para evitar danos mais profundos na ordem social que poderiam significar prejuízos para a propriedade privada, que assim o fosse.

É constante a indagação feita por Glycon de Paiva, na reunião de Comissão Executiva de 30/5/62: “Qual a maneira de levar a nossa preocupação aos homens de empresa?”. Em reuniões seguintes no mesmo ano discutem-se questões acerca da mobilização da opinião pública em prol da causa ipesiana. Termos como “Forçar o processo democrático” aparecem com frequência.

Se você não abandonar hoje seus negócios, por uma hora, amanhã não terá negócios para dirigir. (REUNIÃO, 08/06/1962). A frase, dita por Glycon de Paiva, dá o tom exato da necessidade de angariar mais do que simples simpatias ao projeto ipesiano, mas uma ação direta por parte do empresariado que poderia ter seus negócios seriamente comprometidos caso não se engajasse. Referem-se constantemente ao fato de que apenas o dinheiro não basta e que é preciso chamar os homens para a ação – e entendem “ação política” como a conquista da opinião pública (SÚMULA, 12/02/1962).

Para os líderes ipesianos, em primeiro lugar, seria necessário estabelecer que empresário é todo aquele que trabalha na empresa, havendo uma distinção entre patrão e empregado. A ideia era que estes se integrem aos partidos políticos do centro, formando uma massa de manobra suficiente para constituir um esqueleto para o partido e dar força para o Ipês influenciar o pensamento e a ação política deste. (ROTEIRO, 06/06/1963).

Em reunião de 15/12/1964 fica decidida a criação de um centro, um departamento autônomo dentro do Ipês – em conexão com a Fundação Franklin - chamado Centro de Bibliotecnia, beneficiando o Ipês com um crédito de Opinião Pública, através da constituição de bibliotecas. O representante do Centro será Cândido Guinle de Paula Machado e como secretário e encarregado de gerir o centro o filho do editor José Olympio, dono da editora de mesmo nome.

O Ipês era organizado em cinco grupos: 1) Grupo de Levantamento da Conjuntura (GCL); 2) Grupo de Assessoria Parlamentar (Gap); 3) Grupo de Estudo e Doutrina (Ged); 4) Grupo de Opinião Pública (Gop) e 5) Grupo de Publicações e Editorial (GPE). Para a

pesquisa interessa-nos a ação destes dois últimos, ainda que todos fossem bastante interligados.

Em relação ao Gop: “as metas do grupo consistiam na ‘disseminação dos objetivos e atividades do Ipês por meio da imprensa falada e escrita’ levando ‘à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos’” (DREIFUSS, Op. Cit, p. 192). O Gop desenvolveu quatro linhas de ação: 1) resguardar a segurança do Ipês; 2) disseminar declarações feitas pelo Grupo de Estudo e Doutrina do Rio e de São Paulo; 3) “Projetar doutrina” entre a população e 4) retroalimentar o grupo com informações provenientes do Grupo de Levantamento da Conjuntura (Idem Ibidem).

Dentre as ações do Gop estavam publicar notícias, editar um boletim mensal, divulgar matéria através da mídia, preparar um boletim político para consumo interno e elaborar material para recrutas em potencial. Além disso, eram enviadas cartas e telegramas e feitas chamadas telefônicas incitando a opinião pública e fortalecendo a mensagem do complexo Ipês/Ibad.

Dentre os integrantes deste grupo no Rio estavam Nei Peixoto do Valle, José Luiz Moreira de Souza (proprietário da Denisson Propaganda), Glauco Carneiro (escritor, jornalista), José Rubem Fonseca⁹ (que mais tarde seria um renomado escritor, cuja obra *Feliz Ano Novo* permanecerá 13 anos censurada pelo regime) que lidava com editoriais e filmes, Hélio Gomide e o General Golbery. Outros integrantes que se destacavam em São Paulo eram Paulo Ayres Filho, Geraldo Alonso (proprietário da Norton Propaganda), Flávio Galvão (de *O Estado de São Paulo*) e Luiz Cássio dos Santos Werneck, além de Silveira Lobo (Denisson Propaganda), Evaldo Pereira Simas (editor da *Revista da ACRJ*) e Jorge Sampaio e Alves de Castro (Repórter Esso). Esse grupo era responsável pelo rádio e TV, juntamente com Arides Visconti, Antônio Peixoto do Valle e Wilson Figueiredo (editor do *Jornal do Brasil*).

O Grupo de Publicações/Editorial compreendia ações em Cinema, Teatro, Rádio e TV organizando o que chamava de “cadeia de veículos de divulgação” e estava ligado operacionalmente ao Gop. Foi formalizado em agosto de 1962 tendo na sua direção o escritor José Rubem Fonseca que ficava a cargo da Unidade Editorial. Isso significa dizer que todo e qualquer assunto referente à opinião pública e jornais é deixado a cargo do autor, desde editar os *positions papers* - declarações-síntese sobre assuntos de relevância para o

⁹ A relação entre obra literária, vida pública e biografia do escritor Rubem Fonseca foi o tema central da nossa tese de Doutorado, intitulada **O verdadeiro Mandrake: Rubem Fonseca e sua onipresença invisível (1963-1989)**, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF em 2009.

Ipês – até artigos de jornais. Profissionais da mídia, do mundo literário e de agências publicitárias integravam esta equipe. Dentre eles o poeta Augusto Frederico Schmidt, a escritora Raquel de Queiroz, o jornalista Wilson Figueiredo e Odylo Costa Filho.

As ações do GPE incluíam artigos para jornais e revistas, publicação de panfletos entre grupos como estudantes, militares, trabalhadores em geral e por fim a publicação de livros dentro do que consideravam uma linha democrática moderna. O grupo identificava um grande volume de literatura marxista nas livrarias que precisava ser combatido ou contrabalanceado com este material. Essas ações visavam todo o país e contavam com respaldo de seus integrantes, muitos deles proprietários de editoras, gráficas e jornais ou próximos a seus proprietários, como Cândido Guinle de Paula Machado (Editora Agir), Gilbert Huber Jr (da Gráfica Gomes de Souza) e Assis Chateaubriand, só para citar alguns.

Dentre as formas discutidas de divulgação das ideias ipesianas pela imprensa cogita-se a compra de jornais e estações de rádio no Rio e em São Paulo. Contudo, a ideia que prevalece é que se mantenha o esquema de matéria paga em jornais.

O Ipês conseguiu manter um contato direto com os maiores jornais brasileiros, como os Diários Associados (seu diretor geral, Edmundo Monteiro, era líder do Ipês); Folha de São Paulo (Octavio Frias, seu proprietário, era outro líder ipesiano); O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde (do grupo Mesquita, ligado ao Ipês); O correio do povo (do Rio Grande do Sul) e O Globo. Diversos jornalistas atuavam diretamente no Gop, como J. Dantas, do Diário de Notícias e o já citado Wilson Figueiredo, do Jornal do Brasil. Entretanto, é possível ver que a ação do Ipês não se restringiu aos veículos diretamente ligados ao instituto. Ou, dito de outra forma: é difícil estabelecer quem, na mídia de 1964, não era pelo menos simpatizante da causa ipesiana. Alguns jornais são mais fáceis de se identificar – como é o caso da Última Hora, de Samuel Wainer, único grande jornal a não apoiar o golpe civil-militar de 1964.

Uma questão que sempre se debate nas reuniões destes grupos é sobre como mobilizar a opinião pública sem ser explícita a associação com o Ipês. Como fazer com que os ideais do grupo se apresentem como autênticos anseios da população?

É importante investigar o ambiente em que surge uma ideologia como a do instituto. Com que sementes foi adubado o terreno em que os ideais ipesianos florescem? O meio intelectual mostra-se propício (ou não) a certas ideias, ao mesmo tempo em que as fomenta e instiga, regurgitando-as em um movimento dialético. “Por que uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa data?” (SIRINELLI, 2003, p. 236). Pensar desta

maneira chama a sociedade à responsabilidade em relação ao golpe, ao invés de pensá-la como simples *massa de manobra* na mão das elites. Ou, dito de outra forma:

Também é preciso estudar a descida, das cúpulas da *intelligentsia* até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época (SIRINELLI, Op. Cit, pp. 258-259).

Desta forma, é importante pensarmos como este processo acontece no caso do Ipês e da conjuntura de 1962 a 1964. Não teria sido possível ao instituto impingir um ideário golpista se grande parte da sociedade também não estivesse propícia a aceitá-lo, fundindo-se ambos em uma cultura política que se tornou dominante.

Para tanto, um importante conceito que nos ajuda a pensar é o de estrutura de sociabilidade, também de Sirinelli:

todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São *estruturas de sociabilidade* difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (Grifos nossos).

A ideia é de que o Ipês funcionou como uma *estrutura de sociabilidade*, complexa e heterogênea, que cultivava e dinamizava uma cultura política específica, um *microclima*. Ainda segundo o autor:

A sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As *redes* secretam, na verdade, microclimas à *sombra* dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a *palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular* (Grifos nossos).

A estrutura de sociabilidade forjada pelo Ipês congrega fatias de grupos sociais que, apesar de possuírem formações distintas e particularidades, conseguem suavizar as diferenças unindo-se em torno de interesses comuns: no caso a ameaça dos movimentos reformistas, cada vez mais radicalizados e impulsionados pelos movimentos sociais e pelo governo *Jango*, sem falar no fantasma do comunismo, cujo espectro era agitado pelos desdobramentos da Revolução Cubana, em 1959.

Considerações finais:

O artigo foi uma primeira abordagem dentro do complexo tema que envolve as relações dos meios de comunicação com o polêmico Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais através de seus grupos (Opinião Pública e Publicações/Editorial). Compreender o papel da mídia enquanto um agente histórico é pensar em uma relação complexa entre um grupo que agiu segundo interesses de classe e uma sociedade cujos anseios se coadunavam de alguma maneira com este grupo. O Ipês funcionou como uma espécie de catalisador, uma antena privilegiada que captou a atmosfera de medo, potencializando-a. Não *manipulando e doutrinando*, mas instilando seus ideais em um solo propício. Isso não os isenta da responsabilidade de ter insuflado – ou, pelo menos, de ter tido o claro objetivo - a sociedade contra o governo de João Goulart. Entretanto, sempre há uma margem de escolha. Grande parte da sociedade *escolhe* o golpe como uma via de defesa da legalidade. Bem mais tarde, quando se foi, afinal, a ditadura, uma visão otimista antagonizaria povo e ditadura. Nas palavras de Aarão Reis (2005, p. 71):

Um político imaginativo empregou então uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera lentamente a ditadura, mastigando-a devagarzinho, a digeriria e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios.

Todavia, não é possível perder de vista que antes de *comer* a ditadura, a sociedade arrumou a mesa para que ela se refestelasse num lauto banquete que durou anos e custou não só a vida de muitos, como também um verdadeiro saque aos cofres públicos, além do acirramento de uma já existente cultura de autoritarismo, burocracia e nepotismo que perdura até hoje.

Neste processo, a mídia atuou como instrumento fundamental na propagação destas ideias e se converteu placidamente, nos anos 80, na defensora da liberdade e da democracia que, décadas antes, ela mesma ajudou a tolher.

Há que se esmiuçar ainda a contribuição de cada um dos veículos para o Ipês, bem como a atuação de seus jornalistas/intelectuais.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel Aarão et ali (Orgs). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe*. RJ: Mauad e Faperj, 2001.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. N. *História do Brasil Republicano*. Vol 3. RJ, Civilização Brasileira, 2003.

GASPARI, Eliot. “O paliteiro do Ipês”. In: *A ditadura derrotada*. SP: Cia das Letras, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. SP: Unesp, 1993.

SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 242.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: “O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004.

_____(org). 1964: *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.

Arquivos:

Arquivo do DOPS. Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro.

Informe nº 0299, do dia 11/02/1974, pasta 129, fls 132/137.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo do Ipês:

RELATÓRIO à CPI. 1961.

SÚMULA de reunião conjunta – Comissão Diretora e Comitê Executivo - de 5/2/62.

SÚMULA da reunião do Comitê Executivo de 8/4/63.

SÚMULA do Comitê Executivo, de 8/04/1963.

REUNIÃO de 9/6/1964. Caixa 7, Pasta 3

REUNIÃO da Comissão Diretora de 12/5/64.

REUNIÃO da Comissão Diretora e do Comitê Executivo de 27/11/62.

ATA da reunião do Comitê Executivo - Rio/SP, em 22/1/1963.

REUNIÃO do Comitê Executivo de 08/06/1962.

SÚMULA da reunião Comissão Diretora de 12/2/1962.

ROTEIRO básico para um programa de ação a longo prazo de 6/06/1963.

SÚMULA de reunião conjunta do Comitê Executivo e da Comissão Diretora, em 3/4/1964.